

* 2 DEZ 1994

JORNAL DE BRASÍLIA

CARLOS MONFORTE

O futuro é logo ali

Com Brasil

Na semana passada, dizia eu que o governo Itamar tinha acabado. Agora, constato mais: os ministros do ex-presidente nem bem esperaram sair a exoneração no *Diário Oficial* e já estão de mangas arregaçadas, ajudando o futuro governo. É o caso do ministro da Previdência, Sergio Cutolo, que hoje só tem olhos para a reforma da Previdência, uma das pontas de lança da pretendida reforma que Fernando Henrique mandará para o Congresso no dia 15 de fevereiro.

Não podia ser diferente, porque esta não é uma transição como outra. Na verdade, nem é bem uma transição: mudam os homens mas as idéias permanecem e é esta continuidade a marca de toda esta mudança. Tanto que o maior dilema de FHC era convencer os principais personagens da equipe econômica a ficarem no governo. Sim, porque qualquer elemento estranho no ninho da equipe dará problema, como deu com Ricupero, está dando com Ciro e dará com Serra.

E por que esta preocupação? Porque a estabilidade econômica é a pedra de toque do futuro do governo. Esta, a grande prioridade. Para isso, vai ser preciso garantir a presença de quem formulou o plano, e eles estão aí. A razão disso é

que o plano necessita de ajustes, de uma azeitada providencial. É preciso, por exemplo, tornar mais efetiva a desindexação, tem de haver maior controle fiscal e o problema do câmbio deve ser resolvido o mais rápido possível.

Além disso, a questão social está requerendo maior atenção. Com a economia estabilizada, a idéia é partir para a solução dessas desigualdades, que tanto incómodam a consciência nacional. Daí, a invenção do Conselho da Comunidade Solidária, no lugar do Consea, de dom Mauro e Betinho. Esse Conselho é que irá dar as diretrizes finais para a atuação do Governo Federal, e mesmo dos estados e municípios, junto com os ministérios específicos.

Mas será que isso não iria tirar um pouco da autonomia dos futuros ministros? Não é o que pensam os formuladores do programa. A criação do Conselho de Comunidade Solidária veio para dar a mão apenas para as regiões de extrema pobreza, acabando com o clientelismo. Claro que ele sempre vai existir. Mas se hoje o clientelismo ainda é alto, o que se quer é que ele caia pelo menos 80%.

Evidente que, para isso, vai ser necessário muito dinheiro, não ape-

nas para 94, como para os anos seguintes. O que se pretende, assim, é ativar ao máximo o programa de privatizações, para arrecadar mais de quatro bilhões de reais no ano que vem. São as privatizações e não um novo imposto que vão substituir o IPMF, que acaba agora, no fim de dezembro. Nos próximos anos, o dinheiro virá da reforma tributária que será proposta no começo de governo.

Aliás, o governo Fernando Henrique vai começar mesmo quando essas reformas baterem no Congresso. Aí, todos vão mostrar a força que têm. Seguramente, a reforma tributária de Fernando Henrique não é a mesma dos deputados, ou de todos eles, e é aí que vai começar a luta. E mais: será que aliviando os impostos das exportações, da cesta básica, reduzindo os encargos sobre a folha de pagamento das empresas, tudo isso não vai levar a baixar a arrecadação? Dizem que não, porque a sonegação também cairia.

É aí que a equipe tem de ficar de olho e dirigir esse plano na ponta do dedo, até cruzar a linha de chegada, que não está tão longe assim: faltam só quatro anos para o **gran finale**.

■ Carlos Monforte é jornalista